

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

XIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 1ª REGIÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS QUE OBTIVERAM INSCRIÇÃO DEFINITIVA E REALIZAÇÃO DO SORTEIO PARA FORMAÇÃO DOS GRUPOS PARA A PROVA ORAL

O Desembargador Federal Presidente da Comissão de Concurso do XIII Concurso Público para provimento de cargo de Juiz Federal Substituto do Tribunal Regional Federal da 1ª Região torna pública a **relação dos candidatos que obtiveram inscrição definitiva**, bem como o local e horário de realização do sorteio para formação dos grupos para a prova oral, referente ao concurso público de provas e títulos destinado ao provimento de cargo de Juiz Federal Substituto da 1ª Região.

1 Relação dos candidatos que obtiveram inscrição definitiva:

INSCRIÇÃO	NOME
10006138	Adrian Soares Amorim de Freitas
10004788	Adriana Carneiro da Cunha Monteiro Nóbrega
10007088	Ana Carolina Campos
10003467	Andrea de Araújo Peixoto
10002317	Antonio Felipe de Amorim Cadete
10004351	Arnaldo Pereira de Andrade Segundo
10005870	Bruno Teixeira de Castro
10005220	Camila Franco e Silva Velano
10003235	Célia Regina Ody Bernardes Carrer
10005512	Ciro Jose de Andrade Arapiraca
10003615	Clara da Mota Santos
10002501	Cláudio Girão Barreto
10003241	Cláudio Henrique Fonseca de Pina
10008068	Cristiano de Jesus Pereira Nascimento
10001544	Daniel Guerra Alves
10007976	Emmanuel Mascena de Medeiros
10003587	Felipe Andrade Gouvêa
10003376	Flavio Bittencourt de Souza
10003282	Gleuso de Almeida Franca
10001877	Guilherme Bacelar Patricio de Assis
10005772	Guilherme Gehlen Walcher
10006370	Guilherme Michelazzo Bueno

10000815	Hugo Sinvaldo Silva da Gama Filho
10002962	Ingrid Aragão Freitas Porto
10004706	Isaura Cristina de Oliveira Leite
10007963	Ivan Arantes Junqueira Dantas Filho
10004428	Jaqueline Conesque Gurgel do Amaral
10001233	Jorge Ferraz de Oliveira Junior
10005732	Juliana Maria da Paixão
10008614	Lucas Mariano Cunha Aragão de Albuquerque
10005787	Luciana Raquel Tolentino de Moura
10007283	Luciano Mendonça Fontoura
10003544	Luisa Ferreira Lima
10003238	Luiz Bispo da Silva Neto
10003693	Manoela de Araújo Rocha
10007270	Mara Elisa Andrade
10001008	Marcelo Pires Soares
10003352	Marcelo Stival
10005710	Marcio André Lopes Cavalcante
10004596	Marcos Antonio Maciel Saraiva
10002966	Marcos Vinicius Lipiensi
10009200	Maria Cândida Carvalho Monteiro de Almeida
10002597	Marllon Sousa
10000680	Martha Carvalho Dias de Figueiredo
10007723	Mauro Henrique Vieira
10005917	Melina Faucez Kletemberg
10002370	Priscilla Pinto de Azevedo
10005618	Rafael Araújo Torres
10001964	Rafael Ianner Silva
10000770	Rafael Leite Paulo
10000572	Rafael Vasconcelos Porto
10007105	Roberta Gonçalves da Silva Dias do Nascimento
10003005	Rodrigo Britto Pereira Lima
10002587	Rodrigo Pessoa Pereira da Silva
10003509	Rômulo Gobbi do Amaral
10004309	Sávio Soares Klein
10002149	Tânia Zucchi de Moraes
10008717	Tarsis Augusto de Santana Lima
10000444	Wagmar Roberto Silva
10008969	Wagner Mota Alves de Souza
10004817	Wilson Medeiros Pereira

2 Do Sorteio dos Grupos

2.1 A realização do sorteio para a formação dos grupos para a prova oral dar-se-á no dia 27 de dezembro de 2010, às 14 horas, na sala xxxxxx deste Tribunal, localizada no xº andar do edifício Sede I, Setor de Autarquias – Praça dos Tribunais Superiores. Os pontos da prova oral são os constantes do anexo único deste Edital.

2.2 O edital, contendo a formação dos grupos, o dia do sorteio dos pontos e da realização da prova oral, será publicado, oportunamente, no *Diário Oficial da União* e no *Diário da Justiça Federal da 1ª Região e-DJF1*.

ANEXO

PONTO 1	
1.DIREITO CONSTITUCIONAL	CONSTITUCIONALISMO.
2.DIREITO TRIBUTÁRIO	DIREITO TRIBUTÁRIO: CONCEITO - CONTEÚDO - NATUREZA - AUTONOMIA - FONTES - RELAÇÃO COM O DIREITO FINANCEIRO - SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO - PODER DE TRIBUTAR.
3.DIREITO ADMINISTRATIVO	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.
4.DIREITO PENAL	APLICAÇÃO DA LEI PENAL. PRINCÍPIOS GERAIS. NORMAS DAS CONVENÇÕES E TRATADOS DE DIREITO INTERNACIONAL.
5.DIREITO PREVIDENCIÁRIO	PREVIDÊNCIA SOCIAL: ÓRGÃOS, REGIMES, SEGURADOS, BENEFICIÁRIOS E INSCRIÇÕES. LEIS N. 8.212/91 E 8.213/91.
6.DIREITO CIVIL	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. VÍCIOS REDIBITÓRIOS. EVICÇÃO.
7.DIREITO EMPRESARIAL	DIREITO COMERCIAL. DIREITO EMPRESARIAL.
8.DIREITO PROCESSUAL CIVIL	PROCESSO E PROCEDIMENTO. CLASSIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO E SUAS FASES. PROCEDIMENTO SUMÁRIO. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS. COGNIÇÃO SUMÁRIA E EXAURIENTE. PROCEDIMENTO ADEQUADO.
9.DIREITO PROCESSUAL PENAL	COMPETÊNCIA.
10.DIREITO AMBIENTAL	TUTELA CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE. PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988.
11.DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	PERSONALIDADE INTERNACIONAL. ESTADO E TERRITÓRIO. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO.

12.SOCIOLOGIA DO DIREITO	FATO SOCIAL – CONCEITO.
13.FILOSOFIA DO DIREITO	O JUSTO E O DIREITO.

PONTO 2	
1.DIREITO CONSTITUCIONAL	PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO E PODER CONSTITUINTE DERIVADO.
2.DIREITO TRIBUTÁRIO	SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO: PODER DE TRIBUTAR – COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA – CAPACIDADE TRIBUTÁRIA – CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.
3.DIREITO ADMINISTRATIVO	PROCESSO ADMINISTRATIVO. LEI Nº 9.784/99.
4.DIREITO PENAL	CRIME. CRIME E RELAÇÃO DE CAUSALIDADE.
5.DIREITO PREVIDENCIÁRIO	PREVIDÊNCIA SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.
6.DIREITO CIVIL	CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS. COMPROMISSO.
7.DIREITO EMPRESARIAL	SOCIEDADE ANÔNIMA.
8.DIREITO PROCESSUAL CIVIL	TUTELA JURISDICIONAL E SUA ANTECIPAÇÃO. CONCEITO. CABIMENTO E REQUISITOS. REVOGAÇÃO, MODIFICAÇÃO E RECURSOS CABÍVEIS. FUNGIBILIDADE DA TUTELA CAUTELAR E ANTECIPADA. CUMPRIMENTO DAS TUTELAS ANTECIPADAS. TUTELAS DE URGÊNCIA.
9.DIREITO PROCESSUAL PENAL	AÇÃO PENAL. JUSTA CAUSA.
10.DIREITO AMBIENTAL	COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA AMBIENTAL. CLASSIFICAÇÃO E REPARTIÇÃO DESSAS COMPETÊNCIAS, NO CENÁRIO FEDERATIVO.
11.DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	VALIDADE DE SENTENÇA ESTRANGEIRA NO BRASIL. ROGATÓRIAS.
12.SOCIOLOGIA DO DIREITO	CONCEITO DE SOCIOLOGIA - CONTROLE SOCIAL E DIREITO.
13.FILOSOFIA DO DIREITO	A JUSTIÇA COMO VALOR UNIVERSAL.

PONTO 3	
1.DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E NÚCLEOS ESSENCIAIS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.
2.DIREITO TRIBUTÁRIO	SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO: TRIBUTOS - CONCEITO - NATUREZA JURÍDICA - CLASSIFICAÇÃO - ESPÉCIES - TRIBUTO E PREÇO PÚBLICO.
3.DIREITO ADMINISTRATIVO	INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE E NO DOMÍNIO ECONÔMICO.
4.DIREITO PENAL	CONCURSO DE PESSOAS E CONCURSO DE CRIMES.

5.DIREITO PREVIDENCIÁRIO	SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. CONTRIBUIÇÕES DA EMPRESA.
6.DIREITO CIVIL	VALIDADE E INVALIDADE DOS CONTRATOS. CONTRATOS FIDUCIÁRIOS E INDIRETOS.
7.DIREITO EMPRESARIAL	SOCIEDADE LIMITADA.
8.DIREITO PROCESSUAL CIVIL	PROCEDIMENTO SUMÁRIO. HIPÓTESES DE ADMISSIBILIDADE. VALOR DA CAUSA E CARACTERIZAÇÃO POR MATÉRIAS. PROCEDIMENTO. PETIÇÃO INICIAL, RECEBIMENTO DA INICIAL, CITAÇÃO, AUDIÊNCIA INICIAL, RESPOSTA DO RÉU, AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. INTERVENÇÃO DE TERCEIRO E AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL.
9.DIREITO PROCESSUAL PENAL	RECURSOS.
10.DIREITO AMBIENTAL	TUTELA ADMINISTRATIVA DO MEIO AMBIENTE. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA EM MATÉRIA AMBIENTAL. PODER DE POLÍCIA AMBIENTAL.
11.DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	NACIONALIDADE: AQUISIÇÃO, PERDA E MUDANÇA.
12.SOCIOLOGIA DO DIREITO	FATO JURÍDICO E FATO SOCIAL (RELAÇÕES).
13.FILOSOFIA DO DIREITO	JUSTIÇA E LEGALIDADE.

PONTO 4	
1.DIREITO CONSTITUCIONAL	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.
2.DIREITO TRIBUTÁRIO	SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO.
3.DIREITO ADMINISTRATIVO	ATO ADMINISTRATIVO. POLÍTICAS PÚBLICAS.
4.DIREITO PENAL	PENA. VALORAÇÃO.
5.DIREITO PREVIDENCIÁRIO	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. PERÍODO DE CARÊNCIA. VALOR MENSAL. SALÁRIO- DE-BENEFÍCIO. REAJUSTAMENTOS.
6.DIREITO CIVIL	FATO JURÍDICO, ATO JURÍDICO E NEGÓCIO JURÍDICO. RELAÇÕES PARACONTRATUAIS .
7.DIREITO EMPRESARIAL	ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA.
8.DIREITO PROCESSUAL CIVIL	PROCEDIMENTO ORDINÁRIO – FASE POSTULATÓRIA. PETIÇÃO INICIAL. ROPOSITURA DA DEMANDA. REQUISITOS DA INICIAL. PEDIDO. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. CITAÇÃO. INTIMAÇÃO. RESPOSTA DO RÉU: CONTESTAÇÃO,

	RECONVENÇÃO, EXCEÇÕES, IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA, IMPUGNAÇÃO À GRATUIDADE DE JUSTIÇA E AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL.REVELIA.
9.DIREITO PROCESSUAL PENAL	SENTENÇA. MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES PENAIS.
10.DIREITO AMBIENTAL	POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. PADRÕES DE QUALIDADE AMBIENTAL. ZONEAMENTO AMBIENTAL. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.
11.DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	O ESPAÇO AÉREO.
12.SOCIOLOGIA DO DIREITO	ASPECTOS GERENCIAIS DA ATIVIDADE JUDICIÁRIA.
13.FILOSOFIA DO DIREITO	O CONCEITO DE DIREITO E SUA POSITIVIDADE.

PONTO 5	
1.DIREITO CONSTITUCIONAL	EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.
2.DIREITO TRIBUTÁRIO	IMPOSTOS: UNIÃO FEDERAL - ESTADOS-MEMBROS - MUNICÍPIOS - DISTRITO FEDERAL - TERRITÓRIOS - PRINCÍPIOS E NORMAS CONSTITUCIONAIS - RENDAS COMPATÍVEIS.
3.DIREITO ADMINISTRATIVO	LICITAÇÃO.
4.DIREITO PENAL	EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.
5.DIREITO PREVIDENCIÁRIO	APOSENTADORIA. AUXÍLIO-DOENÇA. ABONO DE PERMANÊNCIA. PENSÕES. RENDA MENSAL VITALÍCIA. ACUMULAÇÃO.
6.DIREITO CIVIL	COMPRA E VENDA. PACTOS ADJETOS. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA.
7.DIREITO EMPRESARIAL	TÍTULOS DE CRÉDITO.
8.DIREITO PROCESSUAL CIVIL	FASE ORDINATÓRIA. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES. RÉPLICA. ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS. REGULARIZAÇÃO. JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO. AUDIÊNCIA PRELIMINAR. TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO, SANEAMENTO DO PROCESSO, DESNECESSIDADE DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR.
9.DIREITO PROCESSUAL PENAL	PROVA. INDÍCIOS. PRESUNÇÕES. ÔNUS DA PROVA. VALOR DA CONFISSÃO.
10.DIREITO AMBIENTAL	AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS.

	ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL E LICENCIAMENTO AMBIENTAL. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
11.DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	MAR TERRITORIAL E ZONA CONTÍGUA. ZONA ECONÔMICA. PLATAFORMA CONTINENTAL. ALTO MAR.
12.SOCIOLOGIA DO DIREITO	O FATO JURÍDICO COMO ESPÉCIE DO GÊNERO FATO SOCIAL.
13.FILOSOFIA DO DIREITO	A JUSTIÇA COMO VALOR JURÍDICO POLÍTICO.

PONTO 6	
1.DIREITO CONSTITUCIONAL	PRINCÍPIOS E MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO.
2.DIREITO TRIBUTÁRIO	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA: VIGÊNCIA NO TEMPO E NO ESPAÇO – APLICAÇÃO - HERMENÊUTICA TRIBUTÁRIA - LEI INTERPRETATIVA - INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.
3.DIREITO ADMINISTRATIVO	SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES ECONÔMICAS DO ESTADO.
4.DIREITO PENAL	INATIVIDADE NO PROCESSO PENAL. INQUÉRITO POLICIAL. GARANTIAS DO INVESTIGADO. ATRIBUIÇÕES DA AUTORIDADE POLICIAL. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.
5.DIREITO PREVIDENCIÁRIO	TEMPO DE SERVIÇO - LEI N. 8.742/1993 (LOAS): ASPECTOS PREVIDENCIÁRIOS E SOCIAIS.
6.DIREITO CIVIL	PESSOAS JURÍDICAS. OBRIGAÇÃO NATURAL.
7.DIREITO EMPRESARIAL	ARRENDAMENTO MERCANTIL.
8.DIREITO PROCESSUAL CIVIL	PROCEDIMENTO ORDINÁRIO – FASE INSTRUTÓRIA. TEORIA GERAL DA PROVA. CLASSIFICAÇÃO DA PROVA. OBJETO DA PROVA. PROVA DE FATO NEGATIVO. O JUIZ E A PRODUÇÃO DA PROVA. O ÔNUS DA PROVA. PROVAS ILÍCITAS. HIERARQUIA. FONTES E MEIOS. PROVA DOCUMENTAL. PROVA PERICIAL. INSPEÇÃO JUDICIAL. PROVA TESTEMUNHAL. DEPOIMENTO PESSOAL. INTERROGATÓRIO DAS PARTES. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.
9.DIREITO PROCESSUAL PENAL	QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.
10.DIREITO AMBIENTAL	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL. TUTELA CIVIL DO MEIO AMBIENTE. A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL. O DANO AMBIENTAL. FORMAS DE

	REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE POR CULPA DO DIREITO TRADICIONAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA NO DIREITO AMBIENTAL. O SUJEITO RESPONSÁVEL E A SOLIDARIEDADE PASSIVA NO DANO AMBIENTAL. A RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR DANO AMBIENTAL.
11.DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	O ESTADO COMO SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO (DEVERES E DIREITOS DO ESTADO NA ORDEM INTERNACIONAL).
12.SOCIOLOGIA DO DIREITO	EXTRATIFICAÇÃO SOCIAL.
13.FILOSOFIA DO DIREITO	A MORAL E O DIREITO.

PONTO 7	
1.DIREITO CONSTITUCIONAL	CONCEITOS DE CONSTITUIÇÃO.
2.DIREITO TRIBUTÁRIO	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA: ELEMENTOS - SUJEIÇÃO PASSIVA DIRETA E INDIRETA - ESPÉCIES – DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO.
3.DIREITO ADMINISTRATIVO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA. ENTIDADES ADMINISTRATIVAS.
4.DIREITO PENAL	SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E DA PENA.
5.DIREITO PREVIDENCIÁRIO	APOSENTADORIA. AUXÍLIO-DOENÇA. ABONO DE PERMANÊNCIA. PENSÕES. RENDA MENSAL VITALÍCIA. ACUMULAÇÃO.
6.DIREITO CIVIL	DO PAGAMENTO (REGRAS GERAIS). PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO. NOVAÇÃO.
7.DIREITO EMPRESARIAL	FRANQUIA E FATURIZAÇÃO.
8.DIREITO PROCESSUAL CIVIL	O PROCESSO NOS TRIBUNAIS. UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO SISTEMA DIFUSO.
9.DIREITO PROCESSUAL PENAL	EXECUÇÃO PENAL.
10.DIREITO AMBIENTAL	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL. TUTELA PENAL DO MEIO AMBIENTE. A RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL. AS NORMAS PENAS AMBIENTAIS. RESPONSABILIDADE PENAL INDIVIDUAL. RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA. AS SANÇÕES PENAS DAS PESSOAS FÍSICAS. AS PENAS APLICÁVEIS ÀS PESSOAS JURÍDICAS. OS CRIMES AMBIENTAIS PREVISTOS NA LEI Nº 9.605/98. OUTROS CRIMES AMBIENTAIS.
11.DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	O HOMEM COMO SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO (AS DECLARAÇÕES DE DIREITOS).

12.SOCIOLOGIA DO DIREITO	PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO DO INDIVÍDUO DO GÊNERO EM PESSOA OU ATOR SOCIAL.
13.FILOSOFIA DO DIREITO	EQUIDADE.
PONTO 8	
1.DIREITO CONSTITUCIONAL	CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES.
2.DIREITO TRIBUTÁRIO	CRÉDITO TRIBUTÁRIO: CONSTITUIÇÃO.
3.DIREITO ADMINISTRATIVO	DEVIDO PROCESSO (LEGAL) ADMINISTRATIVO.
4.DIREITO PENAL	CRIMES DE "LAVAGEM" OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES.
5.DIREITO PREVIDENCIÁRIO	TRABALHADOR RURAL - ESTATUTO DO IDOSO (LEI N. 10.741/2003).
6.DIREITO CIVIL	OBRIGAÇÃO: CONCEITO. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS. MODALIDADES.
7.DIREITO EMPRESARIAL	SOCIEDADE SIMPLES E SOCIEDADE EM NOME COLETIVO.
8.DIREITO PROCESSUAL CIVIL	HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA. AÇÃO RESCISÓRIA. AÇÃO RESCISÓRIA CONSTITUCIONAL. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA NA AÇÃO RESCISÓRIA.
9.DIREITO PROCESSUAL PENAL	PRISÃO CAUTELAR DE NATUREZA PROCESSUAL.
10.DIREITO AMBIENTAL	PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE. FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE. DOCUMENTOS INTERNACIONAIS. AGENDA 21.
11.DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS (CONVENÇÕES ETC.) NO DIREITO BRASILEIRO.
12.SOCIOLOGIA DO DIREITO	CONFLITOS – CONCEITO.
13.FILOSOFIA DO DIREITO	O MUNDO COMPREENDIDO COSMOLOGICAMENTE.

PONTO 9	
1.DIREITO CONSTITUCIONAL	SEPARAÇÃO DE PODERES E DIVISÃO DE PODERES NO BRASIL.
2.DIREITO TRIBUTÁRIO	CRÉDITO TRIBUTÁRIO: SUSPENSÃO.
3.DIREITO ADMINISTRATIVO	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS.
4.DIREITO PENAL	CRIMES HEDIONDOS.
5.DIREITO PREVIDENCIÁRIO	EMPREGADOR E EMPREGADO DOMÉSTICOS - ESTATUTO DO IDOSO (LEI N. 10.741/2003) - LEI N. 8.742/1993 (LOAS).
6.DIREITO CIVIL	MANDATO. REVISÃO E EXTINÇÃO DOS CONTRATOS.

7.DIREITO EMPRESARIAL	SOCIEDADE: PRINCÍPIOS GERAIS E CLASSIFICAÇÃO.
8.DIREITO PROCESSUAL CIVIL	TEORIA GERAL DOS RECURSOS. PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. CONCEITO DE RECURSO. CLASSIFICAÇÃO. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. JUÍZO DE MÉRITO. EFEITO DOS RECURSOS. EFEITOS DE INTERPOSIÇÃO. EFEITOS DE JULGAMENTO. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL.
9.DIREITO PROCESSUAL PENAL	JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS.
10.DIREITO AMBIENTAL	A TUTELA INTERNACIONAL DOS BENS NATURAIS BRASILEIROS E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DE PROTEÇÃO INTEGRAL.
11.DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	ATIVIDADE DA LEI NO TEMPO (VIGÊNCIA, EFICÁCIA, FUNDAMENTO).
12.SOCIOLOGIA DO DIREITO	MECANISMOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.
13.FILOSOFIA DO DIREITO	O HOMEM. CONCEITO. SER DO MUNDO E O PONDO-SE AO MUNDO.
PONTO 10	
1.DIREITO CONSTITUCIONAL	FEDERALISMO E ESTADO FEDERAL BRASILEIRO.
2.DIREITO TRIBUTÁRIO	CRÉDITO TRIBUTÁRIO: EXTINÇÃO.
3.DIREITO ADMINISTRATIVO	RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E PENAL DO SERVIDOR PÚBLICO. PROCESSO DISCIPLINAR.
4.DIREITO PENAL	CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA.
5.DIREITO PREVIDENCIÁRIO	O SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL - RECIPROCIDADE DE REGIMES - DEPENDÊNCIA ECONÔMICA.
6.DIREITO CIVIL	DA POSSE.
7.DIREITO EMPRESARIAL	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.
8.DIREITO PROCESSUAL CIVIL	RECURSOS EM ESPÉCIE. APELAÇÃO. AGRAVOS. EMBARGOS INFRINGENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ORDINÁRIO PARA O STF E PARA O STJ. RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
9.DIREITO PROCESSUAL PENAL	NULIDADES. DESCUMPRIMENTO DAS FORMAS PROCESSUAIS.
10.DIREITO AMBIENTAL	A EFETIVAÇÃO DA PROTEÇÃO NORMATIVA AO MEIO AMBIENTE. A TUTELA PROCESSUAL DO MEIO AMBIENTE. A FASE PRÉ-PROCESSUAL: O INQUÉRITO CIVIL E O INQUÉRITO POLICIAL. A FASE PROCESSUAL: A AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL. AÇÃO

	POPULAR AMBIENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO AMBIENTAL. MANDADO DE INJUNÇÃO AMBIENTAL. AÇÃO CAUTELAR AMBIENTAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INCONSTITUCIONALIDADE EM MATÉRIA AMBIENTAL. A EFICÁCIA INSTRUMENTAL DAS TUTELAS MANDAMENTAIS EM MATÉRIA AMBIENTAL.
11.DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	SITUAÇÃO DO ESTRANGEIRO NO BRASIL. EXTRADIÇÃO.
12.SOCIOLOGIA DO DIREITO	COMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS – SISTEMAS NÃO JUDICIAIS DE COMPOSIÇÃO.
13.FILOSOFIA DO DIREITO	A CONDUTA SEGUNDO SÓCRATES.

PONTO 11	
1.DIREITO CONSTITUCIONAL	ESTADO E ORDEM ECONÔMICA.
2.DIREITO TRIBUTÁRIO	CRÉDITO TRIBUTÁRIO: EXCLUSÃO.
3.DIREITO ADMINISTRATIVO	AGENTES PÚBLICOS CIVIS E MILITARES.
4.DIREITO PENAL	TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES.
5.DIREITO PREVIDENCIÁRIO	PREVIDÊNCIA SOCIAL: ÓRGÃOS, REGIMES, SEGURADOS, BENEFICIÁRIOS E INSCRIÇÕES. LEIS NS. 8.212/91 E 8.213/91.
6.DIREITO CIVIL	DA PROPRIEDADE. PROPRIEDADE E DOMÍNIO.
7.DIREITO EMPRESARIAL	ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL.
8.DIREITO PROCESSUAL CIVIL	SÚMULA VINCULANTE. FENÔMENO PROCESSUAL DA REPERCUSSÃO GERAL, NA COMPETÊNCIA RECURSAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TENDÊNCIAS ATUAIS DOS RECURSOS. O PROCESSO CAUTELAR. PROCEDIMENTO. OS PROCESSOS ESPECIAIS DE MANDADO DE SEGURANÇA, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, AÇÃO POPULAR, AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO, HABEAS-DATA, MANDADO DE INJUNÇÃO E AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.
9.DIREITO PROCESSUAL PENAL	PROVA. QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO.
10.DIREITO AMBIENTAL	A TUTELA PROCESSUAL DOS INTERESSES DIFUSOS AMBIENTAIS E A TÉCNICA DAS TUTELAS DE URGÊNCIA NA DEFESA ADEQUADA DO MEIO AMBIENTE. O DEVIDO PROCESSO LEGAL COLETIVO E A TUTELA JURISDICIONAL INIBITÓRIA DO RISCO DE DANO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE EFICÁCIA DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. A EFICÁCIA ERGA OMNES DA COISA JULGADA COLETIVA NA DIMENSÃO DO INTERESSE

	DIFUSO AMBIENTAL.
11.DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	TRATADOS INTERNACIONAIS (<i>LATU SENSU</i>). DIREITO DOS TRATADOS.
12.SOCIOLOGIA DO DIREITO	DIREITO E COMUNICAÇÃO SOCIAL.
13.FILOSOFIA DO DIREITO	A VISÃO DE PLATÃO SOBRE O MUNDO, O HOMEM E AS COISAS.

PONTO 12	
1.DIREITO CONSTITUCIONAL	ESTADO E ORDEM SOCIAL.
2.DIREITO TRIBUTÁRIO	DIREITO JUDICIAL TRIBUTÁRIO - CND/CPDEN - CADIN - LC 118/2005.
3.DIREITO ADMINISTRATIVO	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONTROLE JUDICIAL DO ATO ADMINISTRATIVO.
4.DIREITO PENAL	CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE. CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE.
5.DIREITO PREVIDENCIÁRIO	ABONO ANUAL E OUTROS AUXÍLIOS.
6.DIREITO CIVIL	PENHOR E HIPOTECA. REGISTROS PÚBLICOS. ESTATUTO DA TERRA.
7.DIREITO EMPRESARIAL	ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE BENS IMÓVEIS.
8.DIREITO PROCESSUAL CIVIL	FORMAS DE EXECUÇÃO E ATOS DE EXECUÇÃO. EXECUÇÃO DEFINITIVA E PROVISÓRIA. REQUISITOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO. A RELAÇÃO PROCESSUAL E SEUS ELEMENTOS. LEGITIMAÇÃO ATIVA E PASSIVA, TERCEIROS INTERESSADOS, LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO.
9.DIREITO PROCESSUAL PENAL	LIBERDADE PROVISÓRIA. FIANÇA. PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS DOS ILÍCITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS.
10.DIREITO AMBIENTAL	BIODIVERSIDADE. A PROTEÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA. A IMPORTÂNCIA DA BIODIVERSIDADE NO CONTEXTO DOS INTERESSES DIFUSOS AMBIENTAIS. BIOPIRATARIA, BIODIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE. OS POVOS INDÍGENAS E A DIVERSIDADE BIOLÓGICA. A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA FLORA, DA FAUNA, DA PESCA E O COMBATE À DESERTIFICAÇÃO AMBIENTAL. A PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS FLORESTAS PÚBLICAS E DAS TERRAS INDÍGENAS.

11.DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	APLICAÇÃO DA LEI (NACIONAL OU ESTRANGEIRA – ARTS. 7º E SEQUINTE DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL.
12.SOCIOLOGIA DO DIREITO	OPINIÃO PÚBLICA E DIREITO.
13.FILOSOFIA DO DIREITO	O SER E O MOVIMENTO (PARMINIDES E HERÁCLITO).

PONTO 13

1.DIREITO CONSTITUCIONAL	SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL - LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR - IMPOSTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS – REPARTIÇÃO DE RECEITAS.
2.DIREITO TRIBUTÁRIO	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA: SUJEIÇÃO PASSIVA DIRETA E INDIRETA.
3.DIREITO ADMINISTRATIVO	DOMÍNIO PÚBLICO.
4.DIREITO PENAL	CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.
5.DIREITO PREVIDENCIÁRIO	TEMPO DE SERVIÇO.
6.DIREITO CIVIL	CONTRATO DE SEGURO. CONTRATO DE CONSUMO.
7.DIREITO EMPRESARIAL	PROPRIEDADE INDUSTRIAL.
8.DIREITO PROCESSUAL CIVIL	ELEMENTOS OBJETIVOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO. TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS; LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA GENÉRICA; BENS EXEQUÍVEIS, RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL E FRAUDE À EXECUÇÃO; TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS.
9.DIREITO PROCESSUAL PENAL	O ACUSADO E SEU DEFENSOR. TESTEMUNHAS E DOCUMENTOS. PROTEÇÃO A RÉUS COLABORADORES.
10.DIREITO AMBIENTAL	A CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. BIODIVERSIDADE E BIOTECNOLOGIA. FUNDAMENTOS DA ANÁLISE DE RISCOS. SEGURANÇA AMBIENTAL. AGROSSISTEMAS TRANSGÊNICOS. O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO E O PROTOCOLO DE CARTAGENA.
11.DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	ORGANISMOS INTERNACIONAIS.
12.SOCIOLOGIA DO DIREITO	COERCIBILIDADE DO FATOS SOCIAL X COAÇÃO LEGAL.
13.FILOSOFIA DO DIREITO	A INTERPOSIÇÃO DO DIREITO. SUPERAÇÃO DO RACIOCÍNIO LÓGICO DEDUTIVO.

PONTO 14

1.DIREITO CONSTITUCIONAL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
2.DIREITO TRIBUTÁRIO	HERMENÊUTICA TRIBUTÁRIA: LEI

	INTERPRETATIVA - INTERPRETAÇÃO NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.
3.DIREITO ADMINISTRATIVO	POLÍCIA ADMINISTRATIVA.
4.DIREITO PENAL	CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
5.DIREITO PREVIDENCIÁRIO	SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. CONTRIBUIÇÕES DA EMPRESA.
6.DIREITO CIVIL	RESPONSABILIDADE CIVIL. REGRAS GERAIS. FATO DE OUTREM. DANO MORAL E MATERIAL.
7.DIREITO EMPRESARIAL	CONTRATO DE COMISSÃO. CARTÃO DE CRÉDITO.
8.DIREITO PROCESSUAL CIVIL	EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA CERTA E INCERTA. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO-FAZER. EXECUÇÃO POR QUANTIA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE: PENHORA, REALIZAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DA PENHORA, EXPROPRIAÇÃO, ARREMATACÃO, ADJUDICAÇÃO E REMIÇÃO. PAGAMENTO AO CREDOR. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. SINCRETISMO PROCESSUAL. PROCEDIMENTO. MULTA POR INADIMPLEMENTO. PENHORA E AVALIAÇÃO. ARRESTO. IMPUGNAÇÃO PELO DEVEDOR. NATUREZA JURÍDICA DA DECISÃO RESOLUTÓRIA DA IMPUGNAÇÃO. RECURSO CABÍVEL.
9.DIREITO PROCESSUAL PENAL	CORRELAÇÃO ENTRE A ACUSAÇÃO E A SENTENÇA.
10.DIREITO AMBIENTAL	PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE. MEIO AMBIENTE E DIREITOS HUMANOS NUMA PERSPECTIVA INTEGRAL. DIREITOS FUNDAMENTAIS E MEIO AMBIENTE. A POBREZA HUMANA COMO FATOR DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.
11.DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	CONFLITOS INTERNACIONAIS: MEIOS DE DIRIMI-LOS.
12.SOCIOLOGIA DO DIREITO	O INDIVÍDUO E A COLETIVIDADE.
13.FILOSOFIA DO DIREITO	O PENSAMENTO DE KANT E A NORMA JURÍDICA.

PONTO 15

1.DIREITO CONSTITUCIONAL	REFORMAS CONSTITUCIONAIS EXPERIMENTADAS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988.
---------------------------------	---

2.DIREITO TRIBUTÁRIO	INCIDÊNCIA - NÃO-INCIDÊNCIA - IMUNIDADE - ISENÇÃO – ANISTIA - PRESCRIÇÃO - DECADÊNCIA - TAXA - PREÇO PÚBLICO - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO - COMPETÊNCIA RESIDUAL TRIBUTÁRIA.
3.DIREITO ADMINISTRATIVO	FUNÇÃO NORMATIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AGÊNCIAS REGULADORAS.
4.DIREITO PENAL	CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.
5.DIREITO PREVIDENCIÁRIO	APOSENTADORIA. AUXÍLIO-DOENÇA. ABONO DE PERMANÊNCIA. PENSÕES. RENDA MENSAL VITALÍCIA. ACUMULAÇÃO.
6.DIREITO CIVIL	CIRCULAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.
7.DIREITO EMPRESARIAL	DIREITO COMERCIAL. DIREITO EMPRESARIAL.
8.DIREITO PROCESSUAL CIVIL	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. CITAÇÃO E EMBARGOS. REQUISICÃO DO PAGAMENTO. FORMAÇÃO DE PRECATÓRIO. REGULAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR. OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO FORÇADA. EMBARGOS DO DEVEDOR. EMBARGOS DE TERCEIRO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE. SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO. RECURSOS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS FEDERAIS CÍVEIS.
9.DIREITO PROCESSUAL PENAL	INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS.
10.DIREITO AMBIENTAL	A SAÚDE COMO FATOR DETERMINANTE DO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO. PODER JUDICIÁRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO.
11.DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	DEPORTAÇÃO E EXPULSÃO DE ESTRANGEIROS.
12.SOCIOLOGIA DO DIREITO	A ENDOCULTURAÇÃO E ACULTURAÇÃO.
13.FILOSOFIA DO DIREITO	A INTERPRETAÇÃO SEGUNDO A LÓGICA DO RAZOÁVEL.

Brasília, 22 de dezembro de 2010.

Desembargador Federal OLINDO HERCULANO DE MENEZES
Presidente da Comissão do XIII Concurso Público para
Juiz Federal Substituto da Primeira Região